



Tempos difíceis e inseguros. Resistência e luta

Vivemos hoje uma situação política e económica marcada pela poderosa ofensiva ideológica do capitalismo, estimulada pelos grandes grupos económicos e seguida pelos seus múltiplos representantes políticos e militares, visando perpetuar o seu domínio.

O modelo capitalista e as políticas governamentais submetidas a esses interesses são em grande parte responsáveis pelas condições que têm permitido o crescimento da extrema-direita, do fascismo e do nazismo, aumentando a sua representação em parlamentos e governos de numerosos países, incluindo no nosso, após as eleições legislativas de 10 março 2024. Desenvolvem políticas que agravam desigualdades, geram insatisfação, o afastamento dos cidadãos da vida política e o agravamento das condições de vida, situação que a extrema-direita aproveita para manipular as emoções e enganar a população.

Também o resultado das eleições para a Presidência dos EUA, assim como para a Câmara de Representantes e Senado, ao traduzirem-se na vitória de Donald Trump, continuarão a ter como objectivo central a manutenção do domínio hegemónico do imperialismo norte-americano, com recurso à política de confrontação, ingerência e agressão.

E é devido a este contexto que a URAP irá continuar a estar na intervenção política e social de todos os dias e na participação, de muitos de nós, em movimentos e associações onde se trava a luta pela Paz e justiça social, a defesa dos direitos democráticos e da Constituição, no combate pela verdade, contra ideias e projetos retrógrados e reacionários da extrema-direita e pela preservação da memória histórica.

Entrevista com Domingos Abrantes

As ameaças actuais à liberdade e à democracia e a necessária luta em sua defesa dão o mote à entrevista com Domingos Abrantes, resistente antifascista, militante comunista e antigo deputado constituinte. - Págs. 6 e 7

Criada a Associação dos Amigos do Museu Nacional Resistência e Liberdade - Pág. 5

Verdade e mentira sobre o 25 de Novembro, por António Avelãs Nunes - Págs. 10 e 11

Prosseguiremos o estudo e levantamento dos presos políticos do fascismo; continuaremos a produção de livros com a informação disponível sobre os crimes do fascismo e do colonialismo português; concretizaremos o trabalho com as escolas, no âmbito das celebrações dos 50 anos do 25 de Abril. A URAP, no passado ano lectivo, esteve em 303 escolas: realizaram-se 443 sessões, participaram 32 000 alunos e 1188 professores. Intervieram duas centenas de oradores, dos quais dezenas de ex-presos políticos, mulheres e homens, resistentes da luta antifascista, que comunicaram a sua experiência e deixaram os seus depoimentos. É um trabalho de enorme significado, que queremos continuar. O futuro passa por aqui!...

Momento marcante do trabalho coletivo foi a luta travada pelo movimento popular de ex-presos, familiares, amigos e democratas para que a Fortaleza de Peniche desse lugar ao Museu Nacional Resistência e Liberdade (MNRL), finalmente inaugurado a 27 de Abril deste ano de 2024. 50 anos depois da libertação dos presos políticos de Peniche e Caxias, o MNRL conta já com mais de cem mil visitantes e, por iniciativa da URAP, com a constituição da Associação Amigos do MNRL.

Neste combate pela verdade e pela memória, sublinhamos a persistente luta que a URAP e o movimento de democratas do Porto vem desenvolvendo para que a antiga cadeia da PIDE na Rua do Heroísmo, conhecida pelo terror, violência e tortura que a PIDE ali praticava, se erga também como Museu da Resistência. Mais de 7000 assinaturas estão recolhidas, é preciso continuar...

Mas a luta continua, na actividade que combate mentiras, deturpações, análises e leituras propositadamente incorretas para reescrever acontecimentos, como aconteceu com a comemoração dos 49 anos do 25 de Novembro. O que é uma verdade é que a direita nunca se conformou com as transformações realizadas após o 25 de Abril de 1974, mantém ainda essa amargura, porque foi a Revolução de Abril que derrotou o fascismo, libertou os presos políticos, acabou com a censura, desmantelou a PIDE, terminou com a guerra colonial e o colonialismo, e restituiu ao povo as liberdades democráticas.

Vamos continuar a resistir e a lutar e, entre outras atividades, a URAP vai, em Fevereiro como todos os anos, prestar homenagem aos Tarrafalistas assassinados no Campo de Concentração do Tarrafal, junto do Mausoléu em Lisboa.

Apelamos à participação e mobilização de todos, na celebração do 18 de Janeiro de 1934, em homenagem aos operários vidreiros e à população da Marinha Grande; iremos fazer lembrar que se assinala em 2025 os 80 anos do fim da II Guerra Mundial e o derrube do nazifascismo, pondo fim a uma guerra global, destruidora e cruel, que levou à morte milhões de seres humanos.

Através dos núcleos da URAP, a nossa actividade e luta vai continuar, em defesa da memória histórica, mas também nos dias que correm resistir contra o fascismo e a guerra, contra as discriminações, a xenofobia, o racismo, pelas relações de amizade e respeito entre os povos e pela paz, como consagra a Constituição da República Portuguesa, por uma Palestina livre e independente, pelos direitos, melhoria das condições de vida e de trabalho, habitação, saúde, ensino e cultura, pela justiça social. Vamos lutar por um 2025 em que a pessoa humana esteja no centro da evolução e do progresso da vida colectiva.

25 de Abril Sempre, Fascismo nunca mais!

Edgar Costa

URAP afirma em todo o P

Com uma intensa e diversificada actividade em todo o País, a URAP combate a reescrita da história do que foi o fascismo, a resistência e a revolução de Abril e afirma os valores antifascistas, num combate actual pela liberdade, a democracia e os direitos.

Convívio do núcleo de Portalegre

O primeiro convívio da URAP em Portalegre decorreu na casa sindical, dia 3 Novembro, e teve o apoio da União dos Sindicatos do Norte Alentejano. Com a presença de César Roussado, do conselho directivo da URAP, os participantes fizeram um balanço das actividades já realizadas no distrito e programaram acções para o futuro.

Homenagem aos resistentes de Vila Nova de Gaia

O núcleo da URAP de Vila Nova de Gaia promoveu no Arquivo Municipal, a 23 de Novembro, uma homenagem aos resistentes antifascistas do concelho. Entrevieram Silvestre Lacerda, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e Domingos Oliveira, do núcleo. A abrir a sessão, na qual participaram cerca de uma centena de pessoas, Domingos Oliveira sublinhou que «a liberdade e democracia de que passámos a desfrutar com a Revolução do 25 de Abril tiveram na sua génese a luta de milhares de antifascistas e democratas que - nas mais difíceis condições de repressão, muitos presos, torturados e alguns assassinados - resistiram e lutaram». Silvestre Lacerda, natural de

Gaia e com familiares antifascistas, traçou uma breve história da repressão fascista, escarpando, a partir dos arquivos da ex-PIDE e dos mais de 500 naturais e residentes de Gaia que passaram pelas cadeias, a natureza das acusações que foram registradas pela polícia, os acontecimentos e matérias assinaladas, a caracterização social e etária, os movimentos, associações e forças políticas na «origem» da prisão.

A homenagem deu voz a ex-presos políticos ou familiares. Os testemunhos, acompanhados pela projecção da respectiva ficha de cadastro, foram emotivos e pungentes. Relataram experiências vividas ou ouvidas de situações de brutalidade, humilhação, enormes dificuldades vividas, mas também o valor da solidariedade e da confiança que o fascismo seria derrubado.

IV Ciclo de Cinema da Moita

«A Cor da Liberdade», realizado por Júlio Pereira, foi o filme de estreia do IV Ciclo de Cinema organizado pelo Núcleo da URAP da Moita e integrado nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril.

Na exibição, dia 19 de Outubro, no Fórum da Baixa da Banheira, compareceram 75 pessoas. Entrevieram Filipa Patrício, produtora, e José Ernesto Cartaxo, ex-presos político. A apresentação coube a Armando Morais, do Conselho Nacional da URAP. O filme parte da história de José Pedro Soares, ex-presos político.

No dia 26 de Outubro, na Mutualidade da Moita, foi projectado o segundo filme, «Luz Obscura», da realizadora Susana de Sousa Dias, com apresentação de Armando Morais e a participação de Rui Pato, que integra o elenco. A realizadora usou fotografias de cadastro de presos políticos pertencentes a família de Octávio Pato. Estiveram presentes 40 pessoas.

O IV Ciclo de Cinema terminou no Moinho de Maré, em Alhos Vedros, dia 2 de Novembro, com a exibição «La Storia della Bestia Nera», com a presença de 60 pessoas. O realizador Ruggiero Cilli apresentou o filme, que contém testemunhos



Portalegre

de sobreviventes de guerras e ditaduras no século XX em Itália, Espanha e Portugal. No dia 3 de Novembro este mesmo filme viria a ser exibido em **Santa Iria da Azóia**, perante 6 dezenas de pessoas, na Sociedade 1º de Agosto, também na presença do realizador e com a intervenção de Luís Figueiredo, ex-presos político e do núcleo local da URAP. No dia 4, seria a vez da Casa do Alentejo, em **Lisboa**, receber «La Storia della Bestia Nera» e o seu realizador, numa sessão que contou com presença de 40 pessoas e a intervenção de José Pedro Soares.

URAP Moita reúne sócios e organiza almoço-convívio

O núcleo da Moita levou também a cabo uma reunião geral de sócios, dia 28 de Setembro, para discutir o trabalho a desenvolver nos próximos meses e organizou em seguida um almoço-convívio no qual participaram os 30 sócios presentes. Entre as tarefas prioritárias discutiu a necessidade do alargamento do núcleo, iniciativas a nível local e nacional e uma campanha de fundos.

Almadenses visitam Museu em Peniche

Um grupo das Escolas do Clube Desportivo da Cova da Piedade, no concelho de Almada, com a colaboração do Núcleo local da URAP, visitou, dia 5 de Outubro, o Museu Nacional Resistência e Liberdade, na Fortaleza de Peniche.



URAP

Propriedade e edição da
**UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS
PORTUGUESES**

Membro da Federação Internacional de Resistentes

DIRECTORA **ANA PATO**
REDACTORA **LUÍSA TITO DE MORAIS**
PAGINAÇÃO E GRAFISMO **SÓNIA SEMIÃO**

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
RUA DA BENEFICÊNCIA Nº 239-A, 1600-019 LISBOA •
TELEFONE 213 576 083
DEPOSITO LEGAL: 357338/18

País os valores antifascistas



O grupo, constituído por 50 sócios, foi recebido e acompanhado na visita ao museu por João Neves, professor e membro do Conselho Directivo da URAP, que percorreu com os visitantes todos os espaços abertos ao público e prestou informações sobre os conteúdos. Mário Araújo, um dos fundadores do núcleo de Almada e membro do Conselho Nacional da URAP, das Escolas do Desportivo e ex-preso político em Peniche, foi ao longo da visita dando testemunho pessoal dos vários aspectos da vida na prisão.

Filme em Almada

No dia 10 de Outubro, a URAP exibiu na Academia Almadense o documentário «A Cor da Liberdade», numa iniciativa em que participou o coordenador da URAP, José Pedro Soares, ex-preso político detido e torturado pela PIDE entre 1971 e 1974, em cuja história se baseia o filme. O filme, que descreve o contexto da realidade portuguesa na época, foi produzido por Filipa Patrício, que esteve igualmente presente.

Sessão em Sobral de Monte-Agraço

No âmbito das comemorações do 50.º aniversário do 25 Abril, a Junta de Freguesia do Sobral de Monte-Agraço convidou a URAP para a sessão «Falar Abril com a URAP - Testemunho da Libertação dos Presos Políticos», dia 22 de Novembro, na qual entrevistaram Eugénio Ruivo, ex-preso político, e Vítor Torres, ambos do Conselho Nacional. Em representação do município estiveram o vice-presidente Luís Miguel Henriques Soares, a vereadora Carla Maria Machado Alves, e o presidente



da Assembleia Municipal, Júlio Manuel Lourenço Rodrigues. Eugénio Ruivo, libertado pelo MFA no dia 27 de Abril de 1974, descreveu como viveu o dia 25 Abril preso na cela de isolamento, e como de madrugada se apercebeu da ocorrência de uma revolução. Na sessão falou-se ainda das causas da luta contra a ditadura fascista, da ausência das liberdades fundamentais e da não aplicação da Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Apresentações do livro sobre Caxias

O último livro editado pela URAP, «Cadeia de Caxias, a repressão fascista e a luta pela liberdade», tem sido apresentado em vários pontos do país. Destacamos neste número do Boletim cinco sessões.

A 8 de Novembro, no Museu do Neo-realismo, em Vila Franca de Xira, com Álvaro Pato, ex-preso político e vice-presidente do Conselho Fiscal da URAP, e David Galdes, ex-Tenente Fuzileiro Especial. A apresentação esteve a cargo de Cláudia Martins, do Conselho Nacional da URAP. Álvaro Pato e David Galdes citaram histórias e nomes dos protagonistas do fascismo em Portugal e daqueles que lhe resistiram e lutaram para o derrubar.

Em 2 de Outubro, no Auditório da Junta de Freguesia do Laranjeiro, no concelho de Almada, foram oradores Joaquim Judas, médico e ex-preso político em Caxias,

membro do Conselho Nacional da URAP, e Carlos Mateus, do Conselho Directivo e do Núcleo de Almada da URAP. Mário Araújo, do Conselho Nacional da URAP, e Gilberto Silva deram testemunho das suas experiências pessoais como ex-presos políticos.

Em 28 de Setembro, no Clube Desportivo e Recreativo Águias Unidas do Fanqueiro, em Foros de Amora, Seixal, foi orador António Ramos, do Conselho Nacional da URAP. O livro já tinha sido apresentado anteriormente nas Juntas de Freguesia de Corroios e Amora. Também no Seixal, a 8 de Setembro, no Auditório da Festa do Livro, na Festa do Avante!, foram oradores Álvaro Pato, ex-preso político em Caxias, libertado no dia 27 de Abril de 1974 e do Conselho Fiscal da URAP, e David Galdes, ex-oficial dos fuzileiros de Operações Especiais, que comandou os militares que libertaram os cerca de 250 presos políticos da Cadeia de Caxias. A sessão foi moderada por César Roussado, do Conselho Directivo da URAP. Entre os presentes encontravam-se vários ex-presos políticos.

No Montijo, o livro foi apresentado no dia 8 de Novembro, numa sessão realizada no Cine-teatro Joaquim d'Almeida, em que entrevistaram Carlos Mateus, do Conselho Directivo, e João Veiga, responsável do núcleo, que falaram sobre o conteúdo do livro para uma plateia na qual se encontrava António Cerqueira, ex-preso político, duas vezes detido na cadeia de Caxias.

Falam os núcleos

Nesta rubrica do nosso Boletim, damos voz aos núcleos, a quem se deve muita da intensa actividade realizada um pouco por todo o País, visando partilhar experiências para reforçar a capacidade de acção da URAP

Porto

O Núcleo do Porto da URAP desenvolveu-se em 1976 com democratas que ou estiveram presos ou pertenceram à Comissão de Socorro aos Presos Políticos, sobretudo na Comissão Regional, muito alargada. O desígnio de preservação da memória da resistência antifascista no Porto foi desde logo uma prioridade, materializado em espaços icónicos como o edifício da ex-PIDE na Rua do Heroísmo que, com o avanço da contra-revolução nos foi vedado, passando em 1977 a albergar o Museu Militar, com grandes alterações no espaço exterior.

A Homenagem à Resistência Antifascista promovida pela URAP no 25 de Abril de cada ano foi desde então realizada junto ao edifício do Heroísmo, com discursos de democratas, marcando assim o início das comemorações populares da Revolução.

Foi já neste século que foi aberta a possibilidade de visitar no edifício os espaços dedicados pela ex-PIDE ao «trata-

mento» dos presos, e o trabalho do núcleo da URAP em prol de um projecto museológico, com visitas, recolha de depoimentos e testemunhos, passagem de filmes e diversas iniciativas culturais.

Continuamos a consagrar o fundamental da nossa atenção ao objectivo da criação do Museu da Resistência Antifascista no Porto naquele local, sem deixar de intervir e participar nas acções e iniciativas que a nível da direcção são delineadas, designadamente a apresentação e divulgação dos livros editados, as palestras nas escolas, a comemoração de acontecimentos e lutas históricas ou ainda nas batalhas actuais pela Paz, a defesa da Constituição, por melhores condições de vida dos trabalhadores.

A nível orgânico, o núcleo conta com 70 membros, funcionando com um pequeno secretariado. Mais irregularmente reúne-se em plenário nas instalações da Universidade Popular do Porto, com convocatória a todos os membros.

Almada

O núcleo de Almada da URAP possui uma longa história nesta caminhada de 48 anos da URAP, criado em 1978, durante a sua primeira década de vida chegou a ter cerca de quatro centenas de sócios, esmagadoramente oriundos das grandes concentrações operárias do concelho de Almada, principalmente das empresas da indústria naval e do Arsenal do Alfeite. Do declínio dessas empresas, nos anos 80 e 90, e da dispersão dos seus trabalhadores, resultou uma drástica perda de sócios do núcleo e da sua actividade.

Actualmente o núcleo de Almada tem 101 sócios e vem registando um importante crescimento de vitalidade nos últimos anos, com novas adesões, reunindo com uma regularidade quinzenal um núcleo central de 8-10 companheiros, que discutem e planificam iniciativas locais e a participação dos sócios nas iniciativas centrais da URAP, às quais o núcleo tem respondido com empenho e participação, ainda que de forma insuficiente para as

potencialidades e tradições de luta dos almadenses.

Nos últimos anos tem-se promovido iniciativas potencialmente mobilizadoras, nomeadamente almoços-convívio, exibição de filmes da Resistência e sessões de apresentação de livros da URAP, ainda que aquém das necessidades e das capacidades, que iremos tentar melhorar.

Continuamos a registar a significativa ausência de jovens nas iniciativas da URAP e mantém-se a dificuldade de integrar sócios em idade activa no trabalho do núcleo, assentando o trabalho em companheiros já aposentados, facto que impõe também algumas limitações.

Sendo a juventude um dos alvos principais das nossas preocupações, face aos enormes perigos que, a nível nacional e internacional, representa a complexa evolução da situação política, num contexto de guerra desfavorável, com o enorme agravamento das condições de vida dos



Foi traçado o objectivo de chegar aos 100 associados até ao próximo 25 de Abril, com atenção à sua diversidade, uma maior ligação ao movimento associativo e cultural e a criação de núcleos concelhios.

Está em desenvolvimento o núcleo de Vila Nova de Gaia, que já levou a cabo uma iniciativa de Homenagem aos Resistentes Antifascistas.



portugueses e de milhões de outros seres humanos em todo o planeta, no presente ano lectivo iremos continuar a apostar fortemente na realização de sessões nas escolas do concelho, alertando os jovens para o perigo que representam as forças de cariz fascista e fascizante que crescem na sociedade portuguesa e para a necessidade de defender a liberdade e a democracia.

8.º encontro de ex-presos políticos, familiares e amigos decorreu em Peniche

A URAP organizou o 8.º encontro de ex-presos políticos, familiares e amigos, democratas e antifascistas que decorreu, dia 27 de Outubro, no Espaço Cisterna do Museu Nacional Resistência e Liberdade, na Fortaleza de Peniche, com uma intervenção do coordenador da URAP, uma proclamação de constituição da Associação Amigos do MNRL (ver caixa), e a actuação do Coro da Lourinhã.

Na cerimónia - dirigida por Sofia Lisboa, e com uma mesa constituída por José Pedro Soares, Álvaro Pato e Mariana Rocha -, à qual assistiram 450 pessoas, foi proposta a constituição de uma Associação Amigos do Museu Nacional Resistência e Liberdade.

Em nome do MNRL esteve presente Ana João Macatrão dos Reis, que leu uma saudação da directora, Aida Rechen, ausente do país.

O coordenador da URAP, José Pedro Soares, lembrou a inauguração do Museu Nacional Resistência e Liberdade a 27 de Abril, 50 anos depois da libertação dos presos políticos das cadeias do fascismo

de Peniche e de Caxias, e sublinhou a importância da luta da URAP para que a Fortaleza de Peniche se tornasse num Museu da Resistência.

«Esta Fortaleza e o que nela está edificado constituem um património de grande simbolismo, onde se guardam pedaços da nossa história que devem ser conhecidos, valorizados, preservados e usufruídos», disse José Pedro Soares, acrescentando que «desejamos que seja um museu cada vez mais conhecido e visitado por portugueses e estrangeiros, e, sobretudo, pela população e a juventude de Peniche e do distrito de Leiria».

«O Museu Nacional Resistência e Liberdade, pelo que lembra e dá a conhecer da luta dos portugueses, entre 1926 e 1974, contra o fascismo, sobretudo os inumeráveis exemplos de determinação e coragem contra a opressão, pela liberdade, contra o colonialismo e a guerra, será sempre uma escola de cidadania activa, de formação democrática, impulsadora de valores humanistas, de maior justiça, de progresso social na defesa e educação para paz», declarou.

Criada a Associação Amigos do MNRL

A Associação Amigos do Museu Nacional Resistência e Liberdade foi constituída no 8.º encontro, após proposta do coordenador da URAP. Depois de explicar a finalidade da associação e os procedimentos para a sua formação, José Pedro Soares falou ainda da «activa parceria com o Museu Nacional Resistência e Liberdade» e de outras actividades da URAP que «serão sempre complementares e potenciadoras do associativismo cívico, democrático e antifascista, continuando empenhada em muitas outras frentes da luta pela valorização e preservação da memória».

Álvaro Pato, vice-presidente do Conselho Fiscal da URAP, apresentou o objectivo principal da Associação Amigos do Museu Nacional Resistência e Liberdade – Fortaleza de Peniche que, segundo disse, «será contribuir não só para a divulgação do Museu junto do público em geral, mas sobretudo dos jovens, dos trabalhadores, estudantes, professores, em cooperação com a Direcção do Museu, mas também na divulgação de actividades que o tornem mais

conhecido e visitado por portugueses e estrangeiros».

Para além deste propósito principal, visa «contribuir para a recolha de documentação e outro material de divulgação da memória da resistência à ditadura»; «estimular ao nível do ensino, incluindo em programas curriculares, os valores da democracia e da liberdade»; e «cooperar, em articulação com as autarquias locais e a sociedade civil, bem como com outras organizações democráticas e antifascistas, em iniciativas que expressem, nas suas variadas formas, a homenagem e o reconhecimento ao combate cívico e à resistência em prol da liberdade e da democracia».

Para a concretização dos objectivos, afirmou Álvaro Pato, a Associação deverá promover «conferências, convívios, cursos, congressos, exposições, ciclos de cinema da resistência, estimulando a ligação e cooperação com a população e as associações de todo o país, com destaque para a cidade e concelho de Peniche»; «editar trabalhos, boletins e quaisquer outras documentações gráficas e audiovisuais»;



«angariar e doar ao Museu de objectos, livros e outros documentos que permitam o enriquecimento do seu espólio»; «cooperar e participar com a Direcção do Museu nos assuntos e actividades em que a intervenção da Associação seja solicitada»; «informar regularmente os associados e receber e considerar as suas opiniões e sugestões sobre o Museu e a actividade da Associação».

O 8º Encontro de Peniche, que se tinha iniciado com visitas ao MNRL, acompanhadas por ex-presos políticos, um almoço organizado pelo Núcleo Concelhio da URAP e um desfile pela cidade de Peniche, terminou com a actuação do Coro Municipal da Lourinhã, dirigido pelo maestro Carlos Alves.

«O fascismo nunca chegou ao poder sozinho, existe alguém que lhe abre o caminho»

Entrevista a Domingos Abrantes, resistente antifascista desde os 17 anos, várias vezes preso, num total de 11 anos, e um dos participantes da fuga de Caxias em 1961. Foi membro do Comité Central do PCP de 1963 a 2016. Foi deputado à Assembleia da República pelo círculo de Setúbal de 1976 a 1991, e pelo círculo de Lisboa de 1991 a 1995. Em Dezembro de 2015, foi eleito para o Conselho de Estado pela Assembleia da República, tendo tomado posse como conselheiro de Estado em Janeiro de 2016, sob a presidência de Aníbal Cavaco Silva. Cessou funções em 2022.

Quando se comemoram os 50 anos do 25 de Abril, a situação política em Portugal e no mundo é perigosa para os valores da democracia, da liberdade e da paz. Como antifascista e lutador por estes valores, preso político nas cadeias do Aljube, Caxias e Peniche, como vê a correlação de forças no panorama político português e o ascenso das forças de direita e populistas?

A social-democracia e as forças que se dizem democráticas estão hoje à mesma mesa com fascistas assumidos. E, portanto, há uma legitimação e uma normalização das forças fascistas. Temos hoje sentados à mesa fascista e neonazis assumidos a discutir o destino dos povos, os nossos destinos. Isto é um problema complicadíssimo e grave. Não precisam de outras razões, têm o poder. O fascismo hoje está em organizações supranacionais a decidir calmamente, democraticamente, como dizem, os destinos dos povos.

Basta ver com quem António Costa, agora presidente da Comissão Europeia, foi acompanhado a Kiev. Há uns dois anos, talvez, foi apresentada na ONU uma proposta no sentido de alertar para os perigos do renascimento dos grupos neonazis. Nem um único país da NATO, nem um único país da União Europeia, votou a favor, incluindo Portugal, naturalmente porque existem «compromissos». É um absurdo votar contra uma moção que condena esta ideologia. No dia 5 de Novembro foi apresentada uma outra proposta, no sentido de combater a proliferação e a propaganda de ideologia nazi. Aconteceu a mesma coisa, votaram todos contra. Isto tem um significado e torna mais difícil, naturalmente, a nossa intervenção e a defesa dos povos.

Há hoje um compromisso entre forças que se dizem democratas e de esquerda com

forças fascistas, o que aumenta o campo de intervenção destas forças - na política económica, social, institucional e ainda nos problemas da guerra e da paz. Isto torna um quadro extremamente difícil. Eu sou uma das pessoas que pensa que se este ciclo não for interrompido possamos voltar a viver uma nova época fascista. Não vale a pena a gente estar a mentir. Não há diminuição, não há interrupção, há um crescimento. Portanto, as forças antifascistas têm de considerar isto como um problema real. E como é que isto se combate. Há que combater as políticas que geram o crescimento dessas forças.

Nós, no nosso caso, usamos a luta pelos valores de Abril, que são contrários ao fascismo. Nasceram com a derrota do fascismo. Valores como a defesa da soberania, a melhoria das condições de vida do povo, o reforço dos direitos democráticos, são condições fundamentais para barrar o caminho ao fascismo, a par do esclarecimento, do debate ideológico. Há uma terceira questão aqui que é a dialéctica do nacional e do internacional. As forças anti-imperialistas têm de considerar esta frente de trabalho como uma questão decisiva, e separar águas. Não se pode fazer unidade antifascista com um Costa que vai a Kiev acompanhado por uma pessoa de um país que tem um governo e umas forças armadas fascistas, sem que haja a mais pequena palavra sobre o fascismo e os nazis, na Ucrânia, sobre os milhares de pessoas que estão presas.

A constituição actual da Assembleia da República, de que foi deputado entre 1976 e 1995, traduz essa viragem à direita. O que pensa da recente comemoração na AR, com pompa e circunstância, do 25 de Novembro de 1975, que algumas forças políticas querem equiparar ao 25 de Abril de 1974?



As comemorações do 25 de Novembro estavam no horizonte já há muito tempo, são a antecâmara da preparação dos seus 50 anos. O que está no horizonte é fazer dos 50 anos do 25 de Novembro a grande data da contra-revolução, a que chamam de “revolução”. Isto tem uma gravidade enorme porque isto não é casual. Se há data que garantiu a liberdade e a democracia não foi o 25 de Novembro, foi o 11 de Março de 1975, quando foi derrotado um golpe fascista.

O 25 de Novembro constituiu um retrocesso institucional e houve outros partidos que não tomaram distanciamento em relação a este problema. Ouvi vários dirigentes do Partido Socialista assumirem o 25 de Novembro como uma grande data da democracia portuguesa. Pode ter a ver com a participação de Mário Soares. A verdade é que o Partido Socialista foi o instrumento político do golpe do 25 de Novembro e, portanto, há socialistas que são fiéis a isso. Na verdade, esta data representa uma grande vitória da direita e da extrema-direita.

O que considera que se deve fazer para manter os princípios inscritos na Constituição da República, como o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública, o direito à habitação, salários compatíveis com o custo de vida, entre outros?

Estão ameaçados, como é evidente, devido à política que tem sido seguida ao longo dos últimos anos. É preciso muita resistência, muita luta. Não há aqui nenhum mistério. Infelizmente, é um facto que o PS, nas coisas básicas, se entende com a direita desde há décadas.

Recuperar a memória é hoje um problema essencial. Um problema que atravessou toda a oposição. O Partido Comunista, os republicanos, os democratas liberais, e depois já o Partido Socialista queriam liberdades políticas. Queriam mudanças políticas, portanto, eleições, liberdades gerais. Quanto aos trabalhadores já eram mais ambíguos. Nunca foi claro, não queriam tocar nas estruturas económicas. Isto é, queriam uma impossibilidade, que era haver mudanças políticas sem tocar nos responsáveis, nos beneficiários do fascismo. Esse problema pôs-se com toda a acuidade no 25 de Abril, e depois no 11 de Março. No 11 de Março provou-se - depois da revolução e da contra-revolução - que não eram possíveis amplas liberdades, melhoria das condições de vida, mantendo intacto o poder económico, que era o sustentáculo do fascismo. Esse problema está hoje na ordem do dia: a incompatibilidade de um regime de amplas liberdades, de melhoria das condições de vida, com a reconstituição dos grupos económicos e financeiros.

Esse é um problema que temos hoje. Se queremos ter serviços de saúde, ensino democrático, amplas liberdades, melhoria das condições de vida do povo, não é compatível com a reconstituição e com o domínio dos grupos económicos e financeiros e com o imperialismo, visto que somos um país cada vez mais dependente. Há uma luta, naturalmente, do dia-a-dia, para a defesa desses direitos. A questão continua de pé. É a luta pelos valores de Abril que implica a liquidação dos grandes grupos económicos e financeiros associados ao imperialismo.

Teve, com a URAP, um papel importante na transformação do Forte de Peniche em Museu Nacional Resistência e Liberdade. Qual é, para si, a importância da memória, sobretudo para a geração actual e para os mais jovens?

Já referi há pouco que temos hoje uma tarefa inadiável que é obrigar todos, independente de onde se situem, os que estão pela liberdade, que estão pela democracia, que estão por um país soberano, à recuperação da memória. Vivemos há alguns anos toda uma linha de apagamento da memória, a que se acrescenta o branqueamento do fascismo. Falar de fascismo implica falar dos

responsáveis. Não foi só Salazar e a polícia, foram os grupos económicos que apoiaram e que beneficiaram. O fascismo existia para quê? Para que esses grupos económicos prosperassem. E portanto percebe-se que não queiram falar de fascismo, porque falar de fascismo significa falar dos que hoje estão novamente no poder. Porque o poder económico é que domina o poder político.

O apagamento do papel da resistência deve-se sobretudo ao facto de ter sido a resistência que determinou a natureza da Revolução de Abril. Percebe-se o ódio ao PCP, o ódio aos antifascistas. Sem essa resistência e sem essa a intervenção no 25 de Abril não se teria transformado o golpe de Estado militar em revolução.

Por isso a batalha da memória é hoje fundamental. Uma batalha difícil porque os meios actuais postos à disposição para a revisão da história são gigantescos: comentadores, televisões, jornais.

Há hoje meios incomparáveis. A própria linguagem é utilizada para mistificações.

Há uma tese que deve ser recordada: o fascismo nunca chegou ao poder sozinho, existe alguém que lhe abre o caminho.

O museu foi uma grande vitória contra o apagamento da memória. É o primeiro acto que interrompe o processo de destruição da memória. O local já estava à venda.

No plano internacional, o mundo atravessa várias guerras, apoiadas pelas forças imperialistas norte-americanas, a NATO e a União Europeia. Como acha que, neste cenário, se pode chegar à paz?

Nós estamos neste momento, objectivamente, mais próximo da guerra do que da paz. É um problema sério porque a guerra tornou-se a grande saída para o imperialismo. Olhando para os orçamentos militares dos Estados Unidos e de outros países vê-se que, se não houver guerra, as suas economias têm problemas gravíssimos. A indústria do armamento, portanto, a guerra, tornou-se não só num problema de domínio, como sempre foi, mas também no grande filão para a economia americana.

A Europa quer seguir o mesmo caminho. Portanto, para além da monstruosidade, das destruições, das imensas mortes, é a guerra que, pelo custo dos armamentos, salva essas economias. Há uma célebre frase que diz que «se vai para os canhões, não vai para a manteiga». Essa frase, que usámos muito no passado, devia hoje ser recuperada... Havia aqueles que jogavam no militarismo. Não no militarismo como solução, mas para defender os interesses das classes, do complexo industrial militar. A lógica armamentista tem uma lógica incontornável. Se não forem usados os armamentos, essas indústrias morrem. Digamos, o complexo industrial militar precisa de remover os stocks, precisa de funcionar e só há uma forma de funcionar, é fazer a guerra. Pensem o que pensarem, os que são pela corrida armamentista são a favor da guerra, não são a favor da paz.

O Costa agora foi oferecer à Ucrânia 18 mil milhões de euros quando estamos cada vez mais pobres, numa Europa cada vez mais em decadência. Há milhões de pessoas sem trabalho e há cada vez mais descontentamento.

Perante a gravidade da situação, qual é o papel que Portugal deveria representar para se conseguir a paz e como é que os portugueses podem forçar o governo nesse sentido?

Se há países que têm o dever de lutar pela paz, um deles é Portugal. Porque o Portugal de Abril nasceu contra a guerra, contra o flagelo da guerra. Os valores de Abril são a paz, a luta pela paz, a luta contra a guerra, a luta pela amizade entre os povos. O problema é que todos os governos que têm existido até agora desde o período revolucionário violaram a Constituição. Todos violaram e isso não é um problema pequeno porque a Constituição é muito clara: Portugal tem de defender uma política de paz e amizade, contra a corrida aos armamentos e de apoio à luta libertadora dos povos. Todos, quer o Partido Socialista, a direita, o Presidente da República, rasgaram a Constituição. É necessário lutar para que sejam cumpridos os procedimentos constitucionais.

A entrevista integral encontra-se publicada em www.urap.pt

Conselho Nacional reunido em Lisboa

O Conselho Nacional da URAP esteve reunido, dia 18 de Setembro, na sede da Confederação Portuguesa das Colectividades, em Lisboa, para avaliar o quadro político e social actual em que a organização intervém e discutir as actividades centrais e dos núcleos levadas a cabo e a realizar.

A reunião foi dirigida por César Roussado, do Conselho Directivo, e o coordenador da URAP, José Pedro Soares, abriu e encerrou o encontro que durou todo o dia e contou com uma grande participação de membros do Conselho Nacional e dos outros órgãos da URAP, vindos de todo o país. Esta é a segunda reunião desde as últimas eleições ocorridas em 2023.



Foram apontadas as linhas de acção prioritárias e debatido a criação de novos núcleos e o reforço dos existentes, a regularidade das reuniões, e o pagamento de quotas, condição indispensável para o funcionamento da URAP.

URAP em Cáceres na Jornada Internacional sobre «Memória histórica na perspectiva ibérica»

A URAP participou na Jornada Internacional «Memória histórica na perspectiva ibérica - ditadura, repressão e transformação democrática», dias 27 e 28 de Setembro, organizada pelo Observatório Europeu de Memórias (EUROM), da Universidade de Barcelona, e pela Associação Memorial no Cemitério de Cáceres (AMECECA).

O evento, que decorreu na Biblioteca Pública de Cáceres, contou com a colaboração do Museu do Aljube Resistência e Liberdade, de Lisboa, e do Museu Nacional Resistência e Liberdade (MNRL), de Peniche.

Edgar Costa e José Baguinho, do Conselho Directivo da URAP, estiveram presentes na conferência, tendo o primeiro falado sobre a actividade actual da organização e as linhas de trabalho fundamentais. A conferência analisou alguns aspectos do passado recente de Espanha e Portugal, considerando a ligação histórica entre os dois países. Os regimes ditatoriais, a repressão sofrida e a luta pelo estabelecimento de uma sociedade democrática, foram os principais eixos temáticos. A estes temas juntou-se a experiência grega e as suas características, debatidas em «Transições para a democracia no sul da Europa».



Pelo Museu do Aljube entrevistaram os historiadores Luís Farinha e Francisco Bairrão Ruivo; e a museóloga Aida Rechena, directora do Museu Nacional Resistência e Liberdade, de Peniche.

Os oradores abordaram temas como a Revolução de Abril, a Constituição da República e a importância de conservar os museus da resistência e liberdade.

José Hinojosa, historiador e vice-presidente da AMECECA, falou sobre «A antiga prisão de Cáceres: nove anos a reivindicar a sua conversão num centro cívico memorial» e sobre o «Roteiro pelos espaços da repressão franquista em Cáceres».

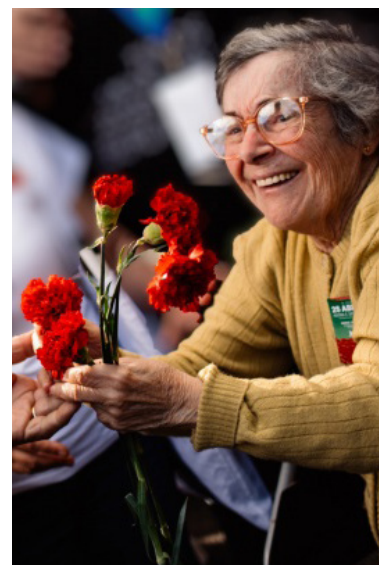
Morreu Celeste Caeiro

Celeste Caeiro, a mulher que distribuiu cravos na manhã do dia 25 de Abril de 1974 pelos militares, baptizando o golpe do MFA com o nome de “Revolução dos Cravos”, morreu a 15 de Novembro, em Leiria, aos 91 anos.

Celeste Caeiro trabalhava numa pastelaria que, a 25 de Abril de 1974, fazia um ano, o patrão tinha comprado cravos para assinalar a data: quando os empregados se preparavam para trabalhar, o patrão comunicou-lhes que não abria o café porque estava a haver uma revolução. Disse-lhes, no entanto, que levassem os cravos. Celeste pegou num grande molho de cravos e dirigiu-se para o Rossio, onde viu chaimites. No início da Rua do Carmo, um soldado pediu-lhe um cigarro, ela retorquiu que não tinha, mas em compensação deu-lhe um cravo. O soldado pô-lo no cano da espingarda. A operação repetiu-se com outros soldados.

Este ano, nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, em Lisboa, Celeste Caeiro desceu a Avenida da Liberdade distribuindo cravos pelos presentes. A 7 de Maio deste ano, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou, por unanimidade, por proposta do PCP, partido de que Celeste Caeiro era militante, a atribuição da medalha de honra da cidade.

A URAP esteve presente no funeral oferecendo uma coroa de flores.



Viagem de Resistência e Lazer a Cabo Verde

No ano em que se comemoram os 50 anos da Revolução de Abril e se assinala o centenário do nascimento do líder do PAIGC Amílcar Cabral, sócios e amigos da URAP participaram, entre 13 e 20 de Outubro, numa viagem de Resistência e Lazer a Cabo Verde, visitando as ilhas de Santiago e do Fogo.

O grupo, constituído por 36 pessoas, entre as quais o coordenador da URAP, José Pedro Soares, os membros do Conselho Directivo Carlos Mateus e José Baguinho, e o membro do Conselho Nacional Carlos Lopes Pereira, deslocou-se, na manhã do dia 18, ao Campo de Concentração do Tarrafal, em Chão Bom, ilha de Santiago.

No campo existe, desde 2000, o Museu da Resistência, com informação sobre as funções que possuíam os vários edifícios, e com todos os nomes dos presos: os 340 antifascistas portugueses que ali estiveram encarcerados entre 1936 e 1954 (32 dos quais morreram), e os 230 detidos cabo-verdianos, guineenses e angolanos dos movimentos de libertação, entre 1961 e 1974. O campo só seria fechado a 1 de maio de 1974.

O Campo de Concentração do Tarrafal, classificado como Património Cultural Nacional, em 2006, começou a funcionar em 29 de Outubro de 1936, recebendo os primeiros 152 presos políticos, muitos participantes no 18 de Janeiro de 1934 e na Revolta dos Marinheiros. Ficou conhecido por «Campo da morte lenta».



Na conversa com Arnaldo Andrade Ramos, vice-presidente da Câmara Municipal do Tarrafal, este referiu que a degradação do cemitério deve-se a dificuldades orçamentais que enfrenta para a sua requalificação, e informou que no âmbito da geminação da cidade com o município de Grândola, esta comprometeu-se a elaborar um projecto para a requalificação do talhão dos portugueses que ali morreram (cujos restos mortais foram trasladados para o Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, em 18 de Fevereiro de 1978).

No dia 15, na Cidade da Praia, o grupo visitou a Fundação Amílcar Cabral, e reuniu com o presidente Pedro Pires, ex-Presidente da República, ex-primeiro-ministro de Cabo Verde, e deslocou-se ao Monumento de Homenagem a Amílcar Cabral.

A URAP ofereceu à fundação um conjunto dos livros já editados sobre a

resistência antifascista e as cadeias do fascismo em Portugal.

No dia 17, o grupo atravessou a ilha de Santiago pelo interior, e no dia 19 regressou à Cidade da Praia pela estrada da costa oriental da ilha, tendo antes visitado, no interior, o Parque Natural da Serra da Malagueta e a barragem de Principal, no lugar de Chão da Horta.

Na Cidade da Praia, onde o grupo permaneceu dias 14 e 15, deslocou-se ao enorme mercado de Sucupira. No dia 16, estiveram na chamada Cidade Velha, na Ribeira Grande de Santiago, a primeira localidade da Ilha de Santiago na qual aportaram os exploradores portugueses e em cuja pequena praça central ainda figura o pelourinho original onde se realizava o mercado de escravos.

Os sócios e amigos da URAP regressaram a Lisboa no final da manhã de dia 20.

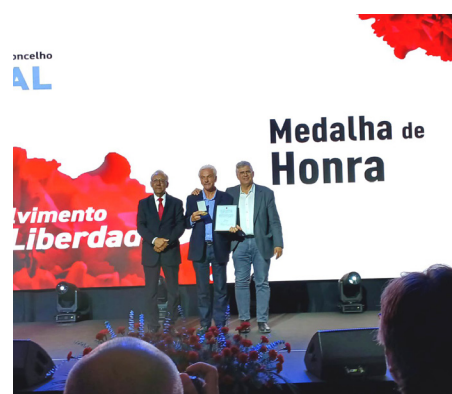
URAP recebe Medalha de Honra do Município do Seixal

José Pedro Soares recebeu, em nome da URAP, a Medalha de Honra do Município do Seixal, em sessão solene realizada a 9 de Novembro no Pavilhão da Associação de Moradores dos Redondos, em Fernão Ferro, por ocasião do 188.º aniversário do concelho.

A distinção foi entregue pelos presidentes da câmara e assembleia municipais do Seixal, Paulo Silva e Alfredo Monteiro, em agradecimento pela luta antifascista que a URAP desenvolve e também pelo trabalho exaustivo na preservação da memória, com especial destaque para a actividade levada a cabo com os alunos dos vários graus de ensino, nas escolas de todo o País.

Segundo o município, a medalha, em prata dourada, foi atribuída à URAP «como forma de reconhecimento pelo extraordinário percurso enquanto associação de resistentes antifascistas que dignifica o nosso concelho e os nossos municípios». «Queremos também com esta homenagem à URAP homenagear todos os resistentes antifascistas que combateram o negro período fascista da nossa História, nomeadamente os que nasceram e/ou vivem ou viveram no concelho», acrescenta-se.

José Pedro Soares agradeceu a distinção e declarou que medalha dirige-se a todos os que intervêm na defesa da memória histórica, contra as tentativas de branqueamento da ditadura e de



reescrita da história, com os olhos postos nos problemas do presente e na luta pela concretização dos sonhos de Abril.

Terminou com uma homenagem aos presos políticos da ditadura, chamando ao palco os ex-presos políticos presentes na sala: Francisco Braga, do Conselho Nacional da URAP, e Gilberto Silva.

A verdade e a mentira sobre o 25 de Novembro

(conclusão)

Quem “saltou”, afinal, não foi o PC nem a esquerda militar, foram os paraquedistas. E estes não pretendiam fazer nenhum golpe de estado, nem tomar o poder, nem fazer nenhuma revolução socialista.

Sempre na vanguarda do anticomunismo, Mário Soares defendeu que se tratou de «uma tentativa de golpe, animada pela esquerda militar e pelo PCP». Mas Vasco Lourenço e Franco Charais consideraram o gesto dos paraquedistas uma simples rebelião contra atitudes provocatórias do CEMFA, não uma tentativa de golpe de estado da esquerda revolucionária e/ou do PCP. Pezarat Correia escreveu que, logo no dia 25 de Novembro de 1975, «o contacto com dirigentes partidários o levou à convicção de que o Partido Comunista era alheio aos acontecimentos e às acções militares daquele dia». Até Carlucci sustentou que a acção dos paraquedistas «resultou, em primeira instância, da posição de Morais da Silva», admitindo que o mal-estar entre os paraquedistas foi «aproveitado pelas forças da extrema-esquerda, com ou sem o apoio do PCP». Também a CIA admite *não estar provado* que o PCP tenha encorajado os golpistas a acreditar que podiam contar com o seu apoio, e admite também que o PCP pode «não ter desempenhado um papel directo nas operações».

Hoje sabemos que as operações preparatórias do 25 de Novembro da direita e da extrema-direita começaram muito cedo. Alpoim Calvão diz que «o MDLP resultou de um pedido de ajuda do PS aos spinolistas, a seguir ao 28 de Setembro, para que se criasse uma força que se impusesse ao PCP». E o Gen. Tomé Pinto disse que *o 25 de Novembro começou a ser planeado logo a seguir ao 11 de Março*. Foi este “plano” que veio a concretizar-se, mas ele não tem nada que ver com a esquerda.

Em Agosto/1975, o Comandante da Região do Centro (membro do *Grupo dos Nove*) acolheu sob o seu comando vários Comandantes de Unidades da RMN que, numa acção grave de insubordinação, abandonaram os seus postos de comando (porque a RMN comandada por um oficial



“inimigo” da *esquerda militar*); Lemos Ferreira deslocou aviões para o Norte; directamente para Cortegaça foram também 500 paraquedistas acabados de chegar de Angola; cerca de uma semana antes de 25 de Novembro, 123 oficiais paraquedistas que abandonaram a sua Unidade em Tancos e deslocaram-se para Cortegaça, levando consigo sete aviões e três helicópteros.

Tanto quanto sei, o *Grupo dos Nove* não condenou, então, nenhum destes actos, apesar de Melo Antunes acreditar, então, que aqueles actos de insurreição «escondiam uma *operação política de enorme envergadura, que visava o aniquilamento do 25 de Abril*». Estranhamente, a *esquerda militar* continuou a ser, até ao fim, o *inimigo principal*, deixando-se à solta toda a direita e extrema-direita que estava acobertada atrás do *Grupo dos Nove* e que pretendia o *aniquilamento do 25 de Abril*.

Hoje sabemos que PS, PPD e CDS tiveram ligações, ao mais alto nível, com as organizações terroristas que operaram em Portugal no verão quente de 1975. Miguel Carvalho é muito claro: «o PS teve um envolvimento muito grande com a rede bombista e com os seus objectivos. Achou, a determinada altura, que valia tudo para combater o PCP e isso significou, em certo momento, uma *cumplicidade com o radicalismo de direita*.» Diz mais: «a *cumplicidade do PS com a rede bombista* está por escrever [“a história foi escrita pelos vencedores do 25 de Novembro, que apagaram aquilo que não lhes convinha.”].»

Hoje sabemos que, pouco antes de 25 de Novembro, Mário Soares se reuniu com James Callaghan, para decidir o que fazer perante «a possibilidade de vir a ocorrer uma tentativa de golpe comunista». E sabemos que deste encontro resultou o chamado *Plano Callaghan*, que previa a intervenção directa da CIA e do MI6, «no quadro de um plano anglo-americano secreto de resistência civil e militar a um eventual *putch comunista*». Sabemos que estes planos «tinham a concordância da CIA», que prestaria «um apoio logístico aeronaval aos militares anti-comunistas e às forças democráticas lideradas pelo Partido Socialista». Vasco Gonçalves disse tudo: *o que mais me choca nestes tipos é a falta de patriotismo*.

Muita coisa andou para trás depois do 25 de Novembro. O Grupo dos Nove acabou por pagar o preço das suas próprias opções: ficou refém da direita e da extrema-direita. Melo Antunes reconheceu, logo no dia 25.11.75, que a «vitória» dos *Nove* foi «uma vitória de Pirro. Ficámos nas mãos da direita, com a qual tivemos de partilhar os troféus da vitória. (...) A minha preocupação era já salvar o que fosse possível salvar». Creio que foi para salvar o 25 de Abril que Melo Antunes, num gesto de lucidez e de coragem política, foi à RTP, na noite de 26.11.75, fazer a seguinte declaração: «Eu queria dizer neste momento – e considero isto muito importante – que a participação do PCP na construção do socialismo é indispensável. Não me parece

que seja possível, sem o PCP, construir o socialismo. Temos de avançar com ele.»

É hoje inequívoco que o 25 de Novembro da direita fascistoide que queria sangue, muito sangue foi preparado ao milímetro, como mostram a lista de militares (de esquerda) a prender e a lista de jornalistas e outros profissionais de esquerda da comunicação social, expulsos dos seus postos de trabalho, substituídos por gente do PS, do MRPP e da direita. Muitos *militares de Abril* foram conduzidos, algemados, guardados por militares armados, às prisões de Custóias e de Caxias, pelo menos alguns presos junto com presos de delito comum. Vários deles foram obrigados a manter-se pelo menos uma semana sem tomar banho nem mudar de roupa, sem contactar advogado e sem notícias da família. Muitos jornalistas lutaram mais de dez anos até serem indemnizados, pelos tribunais, pelos danos causados pela *justiça de novembro* (a *justiça dos vencedores*).

O Gen. Costa Neves defendeu, não há muito, que «a história da rede bombista de extrema-direita acabou de forma desprestigiante para a Justiça Militar». E acrescenta que «os bombistas eram protegidos por gente poderosa e influente, interessada em evitar a criminalização dos eventuais culpados como forma de se protegerem. (...) Os ideólogos, dirigentes, financiadores, militares e clérigos radicais conseguiram escapar definitivamente às malhas da Justiça. Uns porque nunca foram descobertos, outros porque se acobertaram convenientemente sob a asa protectora do poder político-militar, outros, ainda, porque beneficiaram posteriormente de convenientes amnistias, perdões e indultos», concedidos pelo *poder de novembro*.

O jornalista Miguel Carvalho advoga igualmente que «alguns dos homens que fizeram o 25 de Novembro estiveram altamente comprometidos com a rede bombista. (...) Institucionalmente, foi dado um perdão com objectivos em alguns casos muito interesseiros, para proteger *biografias* e percursos». Eu não arrisco opinar sobre quais as biografias nem quais os *percursos* que se quiseram proteger.



Estes alguns resultados da «vertiginosa recuperação da direita militar», cuja responsabilidade Melo Antunes atribuiu a Eanes e ao PS, abrindo caminho à nova/velha estrutura militar que desencadeou um processo sistemático de «marginalização e perseguição» contra os *Capitães de Abril*, incluindo, os elementos do *Grupo dos Nove*. O ponto alto desta recuperação é a decisão de Eanes (Fev. 1976) de passar compulsivamente à reforma o General Vasco Gonçalves, por «não assegurar o espírito do 25 de Abril». Esta é a *certidão de óbito do MFA*. Eanes não ficará na História. Vasco Gonçalves ganhou um lugar definitivo na História do Portugal democrático.

Muitos dos «novembristas» ficaram insatisfeitos com os resultados do 25 de Novembro: queriam a eliminação pura e simples do PCP e queriam que Angola não fosse «entregue ao MPLA». Talvez por isso os ataques mais violentos e sanguinários praticados pelos grupos terroristas que estiveram por trás do 25 de Novembro tenham ocorrido posteriormente, sobretudo em Abril/Maio de 1976.

Ao todo, foram 566 acções violentas (24 actos terroristas por mês), que provocaram

mais de uma dezena de mortos e muitos mais feridos: assaltaram, saquearam e destruíram sedes do MDP, do PCP e de outras forças de esquerda; atacaram sindicatos e sindicalistas; assaltaram, incendiaram e destruíram à bomba consultórios médicos, escritórios de advogados, residências particulares, cafés, tipografias, automóveis, atearam fogos florestais.

Este é o retrato do 25 de Novembro. O 25 de Novembro não libertou o País de nenhuma ditadura comunista. O 25 de Novembro não estabilizou o regime democrático. O 25 de Novembro pretendia instaurar de novo uma ditadura de tipo fascista. A democracia sobreviveu, apesar do 25 de Novembro, porque o povo português lutou por ela, nas ruas e nos locais de trabalho, tendo conseguido que a Assembleia Constituinte (que a direita quis eliminar desde muito cedo) aprovasse a Constituição da República Portuguesa, imediatamente promulgada pelo Presidente Costa Gomes.

António Avelãs Nunes
Professor universitário

Secretário de Estado em governos provisórios
(1974-75)

URAP em escolas de São Miguel para comemorar Abril

José Pedro Soares, coordenador da URAP, e Carlos Mateus, do Conselho Directivo, deslocaram-se de 24 a 28 de Setembro à Ilha de S. Miguel, nos Açores, para contactos com cerca de 800 alunos e 43 professores da região. A estadia em S. Miguel, a convite do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA), foi acompanhada pelos dirigentes sindicais Rui Teixeira (coordenador), Vitória Fonseca e Sandra Mendes. A URAP realizou oito sessões em seis escolas.



Foi ainda realizado, no dia 27, na sede do SPRA, um encontro com sindicalistas de várias estruturas representadas em S. Miguel, onde se recordou a importância da luta dos trabalhadores e dos sindicatos de classe contra a legislação fascista que controlava e reprimia a acção sindical, mas que não impediu a criação da Intersindical em 1970; lembrou-se, entre muitas outras conquistas, a conquista da

liberdade sindical e dos grandes avanços conseguidos em matéria de organização sindical, de salários e de direitos para os trabalhadores.

Ainda na sede do SPRA, no final da tarde de dia 27, foi apresentado o livro da URAP «Cadeia de Caxias, a repressão fascista e a luta pela liberdade», com 25

presenças. Nesta sessão entrevistaram José Pedro Soares e Carlos Mateus e ainda Mário Abrantes, engenheiro silvicultor reformado, libertado da cadeia de Caxias em 27 de Abril de 1974.

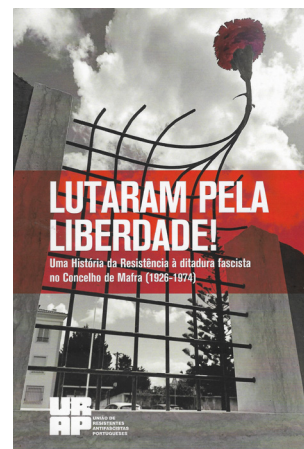
O SPRA já endereçou um novo convite à URAP para na próxima primavera regressar a S. Miguel.

Livro evoca resistência em Mafra

O livro «Lutaram pela Liberdade - uma história da resistência à ditadura fascista no concelho de Mafra» é a mais recente edição da URAP. O lançamento ocorreu no dia 4 de Dezembro, na Escola Secundária José Saramago, em Mafra.

Trata-se da segunda edição de uma obra editada inicialmente por democratas e antifascistas daquele concelho, com o envolvimento do núcleo local da URAP, que acompanhou a inauguração do Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos do Concelho de Mafra.

Nele, podemos encontrar a lista dos presos políticos no concelho, cujos nomes foram inscritos no memorial, histórias da luta e da resistência, assim como testemunhos contados na primeira pessoa, além de um anexo documental que enriquece a obra. Esta edição conta com o apoio da Câmara Municipal, da Torre do Tombo, do Museu do Aljube Resistência e Liberdade, do Museu Nacional Resistência e Liberdade (Peniche) e do *memoriacomum.org*.



Solidariedade com a Palestina

A URAP participou activamente nas múltiplas acções de solidariedade com o povo palestino e pela paz no Médio Oriente promovidas pelo CPPC, a CGTP-IN, o MPPM e o Projecto Ruído - Associação Juvenil. A 12 de Outubro esteve presente no desfile em Lisboa, entre o Martim Moniz e os Restauradores, integrado numa jornada de solidariedade que decorreu ao longo de duas semanas, e na concentração junto à embaixada de Israel a 29 de Novembro. Dias antes, a 25, a URAP integrou a delegação de organizações que foi recebida pela ministra dos Negócios Estrangeiros palestina Varsen Aghabekian Shahin.



Boas Festas!

WWW.URAP.PT

www.facebook.com/uniaoderesistentesantifascistasportugueses

